

ASSISTENTE SOCIAL

PROVA OBJETIVA
TIPO 2



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de sala uma folha para a marcação das respostas.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da **folha de respostas**.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas.
- Confira o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Saúde SC reforça importância da vacinação contra o Vírus Sincicial Respiratório em gestantes

Com a aproximação do frio, a Secretaria de Estado da Saúde (SES) reforça a importância da vacinação de gestantes contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR). A imunização tem como principal objetivo reduzir complicações respiratórias em bebês nos primeiros meses de vida, como bronquiolite e pneumonia — doenças que tendem a aumentar durante o inverno e podem levar a internações.

<https://saude.sc.gov.br>

A utilização de letras maiúsculas na apresentação do “Vírus Sincicial Respiratório”, em todas as ocorrências no texto, serve para

- (A) indicar destaque informativo dentro do texto, relacionado à relevância do tema abordado.
- (B) ser uma estratégia de destaque para enfatizar a gravidade da doença mencionada no texto.
- (C) apresentar o uso de linguagem técnica, comum em textos da área da saúde.
- (D) corresponder à denominação oficial de um agente viral específico, funcionando como nome próprio.
- (E) marcar a presença de termos estrangeiros incorporados ao vocabulário científico.

2

Observe uma peça de campanha divulgada pela Secretaria do Estado de Turismo de Santa Catarina em 2023.



Fonte: <https://acontendoaqui.com.br/propaganda/nova-marca-do-turismo-de-santa-catarina-e-apresentada-ao-mercado/>

Na campanha apresentada, a construção de sentidos decorre da articulação entre elementos verbais e não verbais, mobilizando recursos semânticos e visuais para promover o turismo.

Considerando essa relação, assinale a afirmativa que melhor interpreta a estratégia discursiva empregada na peça.

- (A) A imagem de interação entre pessoas destaca o caráter coletivo da cena, enquanto o texto verbal remete à dimensão institucional da campanha turística.
- (B) O uso de formas circulares atua como recurso visual que acompanha o conteúdo verbal apresentado na peça publicitária.
- (C) A expressão “Santa Catarina” cumpre função informativa, contribuindo para a identificação explícita do local promovido na campanha.
- (D) A campanha articula texto e imagem de modo complementar, de forma que o conteúdo visual só pode ser compreendido pela leitura do *slogan*.
- (E) A expressão “um estado de alegria” explora o duplo sentido da palavra “estado”, articulando a ideia de unidade federativa à de condição emocional sugerida pela cena.

3

Leia o texto a seguir.

Vendo-a comer, não entendo os motivos de termos nos separado, agora é tudo tão nebuloso que me perco buscando razões, só que não teve razão alguma. Na época, parecia a coisa certa a fazer... Pergunto a ela o que fiz conosco. Ela larga os talheres no prato. Faz barulho. Atingi algum limite. Me encara por um momento escolhendo as palavras, enquanto passa a língua sob o lábio, tirando alguma coisa dos dentes agora perfeitos, corrigidos pelo aparelho, que não está mais lá, dá uma tragada no cigarro, que morria equilibrado no tampo da mesa, e o recoloca no mesmo lugar com o mesmo cuidado... quase caindo, desafiando os limites, desafiando o equilíbrio - eu sou aquela quase-guimba de cigarro que quase apagava.

SIQUEIRA, Mauro. Pequenas colisões. Rio de Janeiro: Bando, 2025. p.177.

No fragmento apresentado, observa-se a presença de diferentes tipologias textuais articuladas na construção do sentido.

Considerando essa relação, assinale a afirmativa que analisa corretamente o papel do potencial descritivo no texto.

- (A) O texto apresenta predomínio descritivo, com foco na caracterização da personagem, em detrimento do desenvolvimento das ações e da reflexão do narrador.
- (B) O potencial descritivo manifesta-se na caracterização de estados emocionais, assumindo papel central na construção do texto em relação à narração dos acontecimentos.
- (C) A descrição aparece em momentos específicos do texto, produzindo pausas na sequência narrativa e direcionando a atenção para aspectos pontuais da cena.
- (D) O texto apresenta predominância narrativa, mas incorpora sequências descritivas que contribuem para a construção da subjetividade do narrador.
- (E) A descrição acompanha a progressão do texto, conferindo detalhamento às cenas, sem se relacionar diretamente com o conflito central apresentado.

4

Leia o poema a seguir, publicado em 1893 pelo poeta catarinense Cruz e Souza, principal nome do Simbolismo no Brasil.

Acrobata da Dor

Gargalha, ri, num riso de tormenta,
como um palhaço, que desengonçado,
nervoso, ri, num riso absurdo, inflado
de uma ironia e de uma dor violenta.

Da gargalhada atroz, sanguinolenta,
agita os guizos, e convulsionado
Salta, gavroche, salta clown, varado
pelo estertor dessa agonia lenta...

Pedem-te bis e um bis não se despreza!
Vamos! Reteza os músculos, reteza
nessas macabras piruetas d'aço...

E embora caias sobre o chão, fremente,
afogado em teu sangue estuoso e quente,
ri! Coração, tristíssimo palhaço.

<https://www.escritas.org/pt/t/13184/acrobata-da-dor>

No poema, o eu lírico constrói sentidos por meio da mobilização de palavras pertencentes ao campo semântico do universo circense, associado à figura do “palhaço”.

Considerando esse aspecto, assinale a opção que apresenta um termo do texto que integra esse campo semântico.

- (A) Tormenta.
- (B) Nervoso.
- (C) Despreza.
- (D) Piruetas.
- (E) Chão.

5

Leia a notícia a seguir, publicada em abril de 2026.

Juros e cenário exterior afetam mais a economia catarinense

Dois setores pesquisados pelo IBGE, a indústria e os serviços apresentaram retração no primeiro bimestre do ano frente aos mesmos meses de 2025

Há meses que os juros básicos nas alturas, em 15% ao ano, mais o tarifaço dos EUA e outros fatores vêm afetando a economia catarinense, mas os estragos maiores, até agora, apareceram nos dados de janeiro e fevereiro, apurados pelo IBGE. As pesquisas mostraram retração de 6,1% da indústria no primeiro bimestre frente ao mesmo período do ano passado e retração também dos serviços em 1,2%. Somente o comércio ampliado cresceu 2,4% nessa comparação em SC.

A produção industrial de Santa Catarina fechou os dois primeiros meses do ano com recuo de -6,2% frente aos mesmos meses de 2025. As maiores quedas foram na fabricação de automóveis, reboques e carrocerias (-20,4%), produção de móveis (-22,6%) e fabricação de máquinas e equipamentos (-16,5%).

Entre os 14 setores pesquisados pelo IBGE, somente dois tiveram crescimento de vendas no bimestre frente ao mesmo período de 2025, apurou o Observatório Fiesc, da Federação das Indústrias de SC. As altas foram na produção de alimentos (+1,4%) e de produtos de borracha e plástico (+0,4%).

<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/estela-benetti/juros-e-cenario-exterior-afetam-mais-a-economia-catarinense>

A respeito da utilização de dados numéricos na notícia apresentada, marque a opção correta.

- (A) Os dados numéricos contribuem para quantificar as informações apresentadas, sem interferir na credibilidade do texto.
- (B) A presença de dados numéricos organiza as informações do texto, pois, sem eles, o leitor poderia ter dificuldades na compreensão textual.
- (C) O uso de dados numéricos confere precisão às informações e contribui para a construção de uma abordagem objetiva e fundamentada dos fatos.
- (D) Os dados numéricos são utilizados para ilustrar as informações, funcionando como exemplos que poderiam ser substituídos por descrições qualitativas.
- (E) A inserção de dados numéricos no texto tem função predominantemente explicativa, voltada à simplificação do conteúdo apresentado ao leitor.

6

Leia o fragmento de texto a seguir.

Sentimento que não espairo; pois eu mesmo nem acerto com o mote disso — o que queria e o que não queria, estória sem final. O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e ainda mais alegre no meio da tristeza! Só assim de repente, na horinha em que se quer, de propósito — por coragem. Será? Era o que eu às vezes achava. Ao clarear do dia.

ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. São Paulo: Cia das Letras. 2019. p. 293.

No fragmento apresentado, o uso de diferentes sinais de pontuação contribui para a construção de sentidos e para a expressão da subjetividade do narrador.

Considerando esse aspecto, assinale a afirmativa que analisa corretamente o papel desses recursos no texto.

- (A) O uso do ponto e vírgula estabelece relações de subordinação entre as orações, organizando o texto de forma hierarquizada.
- (B) Os dois-pontos introduzem explicações e enumerações, contribuindo para o encadeamento reflexivo das ideias do narrador.
- (C) O travessão é empregado para indicar mudança de interlocutor, caracterizando o texto como diálogo direto.
- (D) Os pontos finais fragmentam o texto em períodos independentes, sem relação com o ritmo ou com a construção de sentido.
- (E) O ponto de interrogação é utilizado para organizar sintaticamente o texto, sem interferir na expressividade da linguagem.

7

Leia o texto a seguir:

Departamento de Libras promove palestra ‘Trazendo a universidade para a vida e vida à universidade’

O Departamento de Libras da UFSC irá promover a palestra “Trazendo a universidade para a vida e vida à universidade” com o educador Fernando Leão (vice-presidente do Instituto Caminho do Meio). O evento será realizado na sala 305 do Espaço Físico Integrado (EFI), 3º andar, no dia 8 de outubro, das 8h30 às 11h30. Haverá interpretação para Libras.

<https://noticias.ufsc.br/tags/departamento-de-libras/>

No texto apresentado, observa-se a predominância de verbos no futuro, como em “irá promover”, “será realizado” e “haverá”.

Considerando o efeito de sentido produzido por essa escolha verbal, é correto afirmar que

- (A) o emprego de verbos no futuro reforça o caráter informativo e prospectivo do texto, anunciando ações previstas para momento posterior.
- (B) o uso predominante de verbos no futuro indica hipótese, sugerindo incerteza quanto à realização do evento anunciado.
- (C) a predominância de verbos no futuro contribui para a construção de um texto narrativo, relatando acontecimentos posteriores ao momento da enunciação.
- (D) o uso do futuro verbal aproxima o texto da linguagem injuntiva, orientando o leitor sobre ações que deverão ser realizadas.
- (E) a utilização do futuro verbal confere subjetividade ao texto, destacando expectativas pessoais do autor sobre o evento divulgado.

8

Leia, a seguir, o trecho inicial do conto “Luz”, do escritor Salim Miguel.

Anoitece.

Seis pessoas: três adultos, três crianças. Os adultos: faixa dos vinte anos. As crianças: a mais nova com menos de seis meses, o mais velho com pouco mais de três anos. Pai, mãe, tio, duas meninas, um menino.

O dia: 18. O mês: maio. O ano: 1927. O local: cais do porto da Praça Mauá. O estado: Rio de Janeiro. O país: Brasil.

Muitos anos depois, já bem velho, o pai gostava de rememorar, de repetir insistindo: a primeira palavra que aprendi em português, que me foi diretamente dirigida, que gravei: luz. Nur.

Cala. Pensa. Concentra-se. Se esforça. Se perde para se achar. Ativada, a memória recua. Busca resgatar o passado. Retirá-lo do mais fundo do tempo. Devassar o escuro abismo. Tornar hoje o ontem.

MIGUEL, Salim. Nur na escuridão [recurso eletrônico]. Florianópolis: Editora da UFSC, 2025, p. 15-16.

Nesse trecho do conto, observa-se uma construção textual marcada por frases curtas e estruturas fragmentadas.

Considerando esse aspecto, assinale a afirmativa que analisa corretamente o efeito de sentido produzido por essa escolha estilística.

- (A) A fragmentação mostra que o narrador tem dificuldade para organizar suas ideias.
- (B) As frases curtas fazem o texto parecer técnico, como se apresentasse dados objetivos.
- (C) A repetição de estruturas torna o texto cansativo e sem progressão.
- (D) A construção em frases curtas reduz a presença de sentimentos no texto.
- (E) A fragmentação cria ritmo mais lento, capaz de representar as lembranças do narrador.

9

Santa Catarina no Século XIX

Pode-se dizer que Santa Catarina é um estado de imigrantes. Desde o início do século XVI, o estado foi ocupado por indução oficial. Até o século XX, nenhuma motivação econômica havia estimulado o povoamento espontâneo naquela parte do Brasil. Havia pouco pau-brasil, a cana-de-açúcar ficava distante dos centros de distribuição do comércio na Europa, não havia metais preciosos, nem borracha, algodão, café ou tabaco. A definição de limites ao sul do Brasil e a ocupação de espaços demográficos estratégicos foram as grandes razões para o seu povoamento.

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/o_patrimonio_cultural_da_imigracao_santa_catarina.pdf

O segmento que reescreve o trecho sublinhado, **sem** alteração de sentido, é:

- (A) em razão do povoamento da região.
- (B) por causa do povoamento já realizado.
- (C) a fim de que o seu povoamento ocorresse.
- (D) apesar do povoamento da região.
- (E) depois que o povoamento aconteceu.

10



Perfil do Acadêmico

Sexto ocupante da Cadeira nº 35, eleito em 9 de junho de 2022, na sucessão de Candido Mendes de Almeida e recebido em 2 de setembro de 2022 pela Acadêmica Ana Maria Machado.

Cadeira: 35

Posição: Atual

Antecedido por: Candido Mendes de Almeida

Data de nascimento: 22 de Maio de 1951

Naturalidade: Blumenau - SC Brasil

Data de eleição: 9 de Junho de 2022

Data de posse: 2 de Setembro de 2022

Acadêmica que o recebeu: Ana Maria Machado

<https://www.academia.org.br/academicos/godofredo-de-oliveira-neto>

Os gêneros textuais são formas composicionais que se organizam de acordo com finalidades comunicativas e contextos de circulação específicos.

Considerando essas características, assinale a opção que identifica corretamente a função do texto apresentado.

- (A) Narrar a trajetória pessoal do acadêmico, destacando episódios marcantes de sua vida.
- (B) Informar, de forma objetiva e organizada, dados biográficos e institucionais do acadêmico.
- (C) Defender a relevância do acadêmico no campo literário, por meio de argumentos avaliativos.
- (D) Relatar experiências vividas pelo acadêmico em primeira pessoa, com foco subjetivo.
- (E) Explicar o funcionamento da instituição à qual o acadêmico pertence, detalhando suas regras.

Legislação Institucional do PJSC

11

Lucas, chefe de cartório da 1ª Vara Criminal da Comarca Alfa (SC), foi convidado a palestrar perante os novos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, ocasião em que abordou, dentre outras temáticas, as matérias afetas à sua competência.

Nesse cenário, considerando o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Foro Judicial), é correto afirmar que compete ao chefe do cartório

- (A) conferir se todos os bens e valores vinculados aos autos, ou que são objeto do litígio, foram devidamente cadastrados e estão com a situação, localização e demais dados atualizados no sistema informatizado do Poder Judiciário.
- (B) verificar, quinzenalmente, nas comarcas em que não houver central de mandados, os mandados não devolvidos dentro dos prazos assinalados e apresentar relação ao juiz da respectiva unidade.
- (C) certificar, na tutela cautelar, o decurso de quinze dias da efetivação da medida sem a propositura da ação ou a dedução do pedido principal e fazer conclusão.
- (D) certificar, nos autos, a ocorrência de feriado local, regional, nacional ou ponto facultativo, bem como qualquer outro fato que possa influir na contagem de prazo processual.
- (E) expedir, a cada noventa dias, relação atualizada dos réus presos, com o número do processo, a fase em que ele se encontra, e encaminhar cópia ao juiz.

12

Na primeira metade do mandato, o 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por questões estritamente pessoais, aposentou-se, ensejando a vacância do cargo e das funções por ele exercidas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que, em razão da vacância,

- (A) caberá ao desembargador mais antigo do Tribunal de Justiça assumir as funções da 1ª Vice-Presidência.
- (B) será realizada a eleição do sucessor, no prazo de trinta dias, contado da ocorrência da vaga.
- (C) o Corregedor-Geral da Justiça assumirá o cargo de 1º Vice-Presidente.
- (D) o 3º Vice-Presidente assumirá o cargo de 1º Vice-Presidente.
- (E) o 2º Vice-Presidente assumirá o cargo de 1º Vice-Presidente.

13

O território do Estado, para a administração da Justiça, divide-se em distritos, subdistritos, municípios, comarcas e comarcas integradas, formando, porém, uma só circunscrição para os atos da competência do Tribunal de Justiça.

De acordo com a narrativa, e considerando as disposições do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, analise as afirmativas a seguir.

- I. A comarca constituir-se-á de um ou mais municípios, recebendo a denominação daquele que lhe servir de sede.
- II. Quando o movimento forense o exigir, a comarca poderá ser subdividida em duas ou mais varas.
- III. O Tribunal de Justiça, para efeito de comunicação de atos processuais, realização de diligências e atos probatórios, poderá reunir duas ou mais comarcas para constituírem uma comarca integrada, desde que haja proximidade entre as sedes municipais, facilidade de comunicação viária e intensa movimentação populacional entre as comarcas contíguas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

14

Caio, analista jurídico, foi designado para atuar no gabinete de um dos juízes titulares da Comarca de Balneário Camboriú/SC. Dessa forma, o referido agente público, visando à otimização de sua atuação, resolveu estudar a normativa que lhe é aplicável.

Nesse cenário, considerando o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Foro Judicial), é certo que o gabinete de cada juiz deverá adotar as providências elencadas abaixo, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Primar pela automatização do fluxo processual e dos atos decisórios, otimizando as atividades de cumprimento com o uso das ferramentas disponibilizadas no sistema de tramitação eletrônica de processos.
- (B) Receber os processos e, constatado equívoco ou ausência de movimentação de conclusão, comunicar o magistrado para que esse efetive o ajuste devido.
- (C) Lançar adequadamente a movimentação correspondente ao ato praticado pelo juiz no sistema informatizado.
- (D) Atualizar diariamente a pauta de audiências no sistema informatizado.
- (E) Zelar pelo fluxo regular de processos entre cartório e gabinete.

15

Nos termos da legislação de regência, o servidor nomeado para cargo efetivo fica sujeito a um período de estágio probatório de três anos de efetivo exercício no cargo para o qual prestou concurso público.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 6.745/1985, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Serão considerados requisitos básicos do estágio probatório a idoneidade moral, a assiduidade e a pontualidade, a disciplina e a eficiência.
- () A verificação dos requisitos necessários à confirmação no cargo será efetuada por comissão composta de, no mínimo, cinco membros designados pelo titular do órgão.
- () Será suspensa a contagem do período do estágio probatório do servidor afastado a qualquer título, inclusive férias, e o exercício de cargo comissionado com atribuições afins às do cargo efetivo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – F.
- (E) V – V – V.

16

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça, composto por vinte e cinco membros, exerce, por delegação do Tribunal Pleno, competência para processar e julgar originariamente, nos crimes comuns, o vice-governador do Estado, os deputados estaduais e o procurador-geral de justiça.

À luz das disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assinale a opção que indica corretamente a forma de preenchimento das vinte e cinco vagas do Órgão Especial.

- (A) Treze por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, vedada a recusa ao encargo; e doze por eleição, mediante votação secreta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, vedada a recusa ao encargo, salvo se apresentada manifestação expressa antes da eleição.
- (B) Treze por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, admitida a recusa ao encargo; e doze por eleição, mediante votação aberta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, admitida a recusa ao encargo.
- (C) Doze por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, admitida a recusa ao encargo; e treze por eleição, mediante votação aberta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, admitida a recusa ao encargo.
- (D) Por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, vedada a recusa ao encargo.
- (E) Por eleição, mediante votação secreta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, vedada a recusa ao encargo, salvo se apresentada manifestação expressa antes da eleição.

Ética e Gestão no Serviço Público

17

Maria ocupa cargo de primeiro escalão em determinado ente federativo, na condição de Secretária de Estado. As normas afetas à prevenção e ao tratamento do conflito de interesses nesse ente seguem os balizamentos oferecidos pela Lei nº 12.813/2013.

Maria pretende exercer determinada atividade privada de cunho econômico. Embora o exercício dessa atividade não seja vedado pelas referidas normas, Maria tem dúvida em relação à sua licitude, pois implicaria na prestação de serviços a pessoas jurídicas que têm interesse em decisões de colegiado administrativo do qual ela participa.

Ao analisar a sistemática legal, Maria concluiu corretamente que

- (A) a ausência de vedação legal ao exercício da atividade afasta a possibilidade de ser configurado o conflito de interesses.
- (B) o interesse das pessoas jurídicas nas decisões do colegiado de que Maria participe não configura conflito de interesses.
- (C) o conflito de interesses na situação descrita é afastado, caso Maria esteja em gozo de licença ou em período de afastamento.
- (D) a situação descrita configura conflito de interesses, devendo ser fiscalizada por Comissão de Ética Pública instituída no âmbito do Poder Executivo do ente federativo ao qual Maria está vinculada.
- (E) o conflito de interesses somente estará configurado se Maria divulgar ou fizer uso de informações privilegiadas obtidas no exercício funcional, para viabilizar a prestação do serviço para o qual seja contratada.

18

João e Maria, servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo no Estado Sigma, que não se conhecem e jamais praticaram qualquer ato em comunhão de ações e desígnios, respondem a ações de improbidade administrativa com base na Lei nº 8.429/1992, cada qual pela prática dos próprios atos. João desviou recursos públicos enquanto atuava como ordenador de despesas. Maria, por sua vez, revelou fato de que tinha ciência em razão de suas atribuições e que deveria permanecer em segredo, colocando em risco a segurança do Estado.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que

- (A) as condutas de João e Maria podem acarretar a aplicação da sanção de perda da função pública.
- (B) as condutas de João e Maria foram enquadradas em uma tipologia legal de caráter exemplificativo, não taxativo.
- (C) a conduta de João pode acarretar a aplicação da sanção de suspensão dos direitos políticos por até 14 (quatorze) anos.
- (D) a conduta de Maria pode acarretar a aplicação da sanção de vedação ao recebimento de incentivos fiscais por até 12 (doze) anos.
- (E) as ações ajuizadas em face de João e Maria são de autoria do Ministério Público, considerando sua legitimidade privativa nessa seara.

19

A sociedade empresária Alfa teria praticado atos lesivos ao Estado Beta, consistentes em alegada fraude à licitação praticada em detrimento da Secretaria de Estado de Educação do Poder Executivo do referido ente federativo. No curso do processo administrativo instaurado para a apuração dos fatos, o representante legal de Alfa cogitou a celebração de ajuste no âmbito da consensualidade de colaboração, conforme disciplina estabelecida na Lei nº 12.846/2013.

Em relação ao ajuste cogitado pelo representante legal de Alfa, é correto afirmar que

- (A) é vedado, considerando a indisponibilidade dos interesses envolvidos.
- (B) deve ser celebrado no plano administrativo e homologado pelo Poder Judiciário.
- (C) exime Alfa, caso celebrado, da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- (D) deve ser celebrado no plano processual, pelo Ministério Público, com a correlata homologação pelo Poder Judiciário.
- (E) independe de homologação pelo Poder Judiciário e não afasta a possibilidade de suspensão ou interdição parcial das atividades de Alfa.

20

João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo da Administração Pública indireta do Estado Delta, aceitou vantagem indevida dada pela sociedade empresária Sigma, para que fosse favorecida em determinada licitação.

Para que seja atribuído ato ilícito a Sigma, na perspectiva da Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que

- (A) deve ocorrer a prévia condenação de João pela prática de ato de improbidade administrativa.
- (B) deve ser previamente demonstrada a responsabilidade individual de um dirigente a ela vinculado.
- (C) pode ser perquirida a responsabilização de Sigma, independentemente da culpabilidade de um dos seus dirigentes.
- (D) pode ser perquirida a responsabilidade administrativa de Sigma, independentemente do elemento subjetivo do agir, mas não a responsabilidade na instância civil.
- (E) deve ser demonstrada a existência de cláusula de anuência à responsabilização, no edital da licitação, paralelamente à responsabilização com base na Lei nº 8.429/1992.

Noções de Informática e Proteção de Dados

21

No âmbito da Resolução TJ nº 3/2021 do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o tratamento de dados pessoais deve ser pautado pela observância estrita das bases legais e dos princípios de proteção ao titular. Imagine que uma unidade administrativa do TJSC deseja implementar um novo sistema para o processamento de dados de magistrados e servidores, visando especificamente ao cumprimento de determinações contidas em leis federais e normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Considerando as diretrizes sobre o ciclo de vida dos dados e as hipóteses de tratamento previstas na referida Resolução e na LGPD, assinale a afirmativa que descreve corretamente a base legal e a conduta correta para esse cenário.

- (A) O tratamento deve ser baseado exclusivamente no consentimento do titular, devendo o sistema ser interrompido caso algum servidor se recuse a autorizar a coleta dos dados.
- (B) O tratamento poderá ser realizado com base no cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o que dispensa a coleta de consentimento específico, desde que respeitados os princípios da finalidade e da necessidade.
- (C) Os dados coletados para essa finalidade legal podem ser utilizados posteriormente para qualquer outro fim administrativo, uma vez que o dado já reside nos servidores do Controlador (PJSC).
- (D) O dado pessoal sensível, por sua natureza, não pode ser tratado pelo Tribunal sob a justificativa de obrigação legal, exigindo sempre a anonimização irreversível imediata após a coleta.
- (E) A fase de descarte do ciclo de vida do dado é facultativa para o Judiciário, sendo permitida a manutenção perpétua de dados pessoais em texto claro para fins de registro histórico, sem necessidade de avaliação de descarte.

22

A navegação segura na internet via protocolo HTTPS (*Hypertext Transfer Protocol Secure*) exige uma interação complexa entre hardware, software e protocolos de rede.

Considerando o fluxo de processamento de uma requisição HTTPS em um sistema computacional moderno, é correto afirmar que

- (A) o protocolo HTTPS opera exclusivamente na camada de transporte do modelo OSI, substituindo o TCP para garantir que a criptografia seja processada diretamente pelo hardware da placa de rede (NIC).
- (B) durante o *handshake* do TLS, o sistema operacional utiliza chamadas de sistema para acessar funções criptográficas e gerenciar *sockets* de rede, permitindo que o navegador estabeleça um canal seguro sobre a pilha TCP/IP.
- (C) a criptografia assimétrica utilizada no HTTPS é uma função nativa do *firmware* do roteador, o que desonera a CPU do computador cliente de realizar cálculos matemáticos complexos.
- (D) o endereçamento IP (camada de rede do modelo OSI) é o responsável por garantir a integridade dos certificados digitais, enquanto o protocolo HTTPS gerencia o endereçamento físico (*MAC Address*).
- (E) ao utilizar HTTPS, o sistema operacional desativa a memória virtual para impedir que chaves criptográficas sejam gravadas em disco (*swap*), priorizando o processamento na Unidade de Controle.

23

Um Analista de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina foi encarregado de adequar os sistemas corporativos às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Para reduzir os riscos decorrentes de eventual incidente de segurança envolvendo dados processuais e administrativos, ele adotou duas ações distintas:

1. aplicou um algoritmo para transformar o campo "Informação Sigilosa" em um código cifrado, de modo que o conteúdo original somente possa ser acessado mediante o uso da chave apropriada; e
2. no campo "Nome da Parte", substituiu as identidades reais por códigos alfanuméricos aleatórios, mantendo a tabela de correspondência entre os códigos e as identidades em ambiente segregado e seguro, permitindo que equipes de estatística e inteligência de dados realizem análises sem identificar diretamente os indivíduos, embora a associação possa ser restabelecida pelo Tribunal quando necessário.

As técnicas aplicadas pelo analista nas ações 1 e 2 são, respectivamente,

- (A) Hash Robusto e Pseudonimização.
- (B) Criptografia Assimétrica e Pseudonimização.
- (C) Criptografia Simétrica e Anonimização Irreversível.
- (D) Esteganografia e Tokenização de Sessão.
- (E) Codificação de Base64 e Criptografia de Chave Única.

24

No que diz respeito às políticas institucionais de privacidade e ao tratamento de dados pessoais no âmbito do Poder Judiciário, analise as afirmativas a seguir.

- I. O tratamento de dados pessoais realizado para fins de atividades jurisdicionais é isento de medidas de segurança e conformidade, as quais devem ser aplicadas exclusivamente às atividades administrativas dos tribunais.
- II. Os tribunais devem designar um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) para atuar como canal de comunicação entre o órgão, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- III. No Poder Judiciário, a responsabilidade pela segurança da informação e pela preservação da confidencialidade dos dados é atribuída exclusivamente aos servidores das unidades de Tecnologia da Informação (TI).

Está correto o que se afirma, apenas, em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

25

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina implementou um sistema eletrônico para gestão processual e atendimento ao cidadão, com o objetivo de aprimorar a prestação jurisdicional e assegurar a conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Na solução adotada:

- i) dados de partes, advogados e demais usuários são coletados e utilizados para identificação, comunicação processual e tramitação dos feitos;
- ii) informações relativas à saúde, biometria e outros dados protegidos pela LGPD recebem tratamento diferenciado e maior nível de proteção;
- iii) os cidadãos podem solicitar informações sobre o tratamento de seus dados pessoais, nos termos da legislação aplicável;
- iv) o Tribunal define as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais utilizados em suas atividades; e
- v) empresa contratada é responsável pelo armazenamento e processamento de dados em ambiente computacional disponibilizado ao Tribunal.

Com base nesse cenário, associe corretamente os conceitos da LGPD (Coluna I) às descrições (Coluna II):

Coluna I

Coluna II

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> 1. Dado pessoal 2. Dado pessoal sensível 3. Titular dos dados 4. Controlador 5. Operador | <ul style="list-style-type: none"> () Informações como nome, CPF, endereço eletrônico e telefone, utilizadas para identificar usuários dos serviços judiciais. () Empresa contratada que realiza o armazenamento e o processamento de dados em nome do Tribunal. () Pessoa física a quem os dados pessoais se referem, podendo exercer os direitos previstos na LGPD. () Informações sobre saúde, dados biométricos ou outros dados submetidos à proteção especial pela legislação. () Órgão responsável por definir as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais utilizados no sistema. |
|--|--|

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 5 – 3 – 2 – 4.
- (B) 1 – 4 – 3 – 2 – 5.
- (C) 2 – 5 – 3 – 1 – 4.
- (D) 1 – 5 – 4 – 2 – 3.
- (E) 1 – 3 – 5 – 2 – 4.

Direitos Humanos e acesso à justiça

26

No Brasil, as políticas judiciárias de inclusão e cidadania são coordenadas, principalmente, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e visam a transformar o Poder Judiciário em um agente ativo na promoção de direitos fundamentais e na remoção de barreiras ao acesso à justiça.

Considerando as normas vigentes sobre essas políticas, assinale a afirmativa correta.

- (A) As pessoas em situação de rua terão assegurado o acesso às dependências do Poder Judiciário para o exercício de seus direitos, salvo se estiverem com vestimentas e condições de higiene incompatíveis com as regras do Tribunal.
- (B) Os tribunais deverão viabilizar atendimento prioritário e desburocratizado às pessoas em situação de rua, não se conferindo atendimento especial a qualquer pessoa, ainda que caracterizada como LGBTQUIA+ ou migrantes.
- (C) Entende-se como mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, as mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, salvo as mulheres trans e travestis.
- (D) A Resolução 497/2023 do CNJ instituiu, no âmbito do Poder Judiciário Nacional, à exceção do Supremo Tribunal Federal, o Programa “Transformação”, para fomentar a adoção de políticas afirmativas que reduzam as desigualdades no mercado de trabalho de mulheres de grupos vulneráveis.
- (E) O Programa “Transformação” consiste na reserva, pelos Tribunais e Conselhos, de, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas nos contratos que envolvam prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

27

Os direitos humanos foram consolidados no Brasil mediante a Constituição Federal de 1988, que adotou a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III) como fundamento da República e garantiu a igualdade (Art. 5º) sem distinções. Esses princípios norteiam o Estado Democrático de Direito, assegurando proteção contra arbítrios, além de direitos fundamentais, sociais e mecanismos de inclusão.

Considerando as disposições constitucionais relativas aos direitos e garantias individuais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A liberdade de consciência e de crença é inviolável, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, não sendo garantida a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- (B) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo adentrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou noite, por determinação judicial.
- (C) O sigilo da correspondência é inviolável, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- (D) Todos podem reunir-se pacificamente, ainda que armados, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- (E) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz ou de guerra, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

28

No ordenamento jurídico brasileiro, a proteção dos direitos fundamentais decorre tanto das normas constitucionais quanto dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil. Além disso, os direitos e as garantias fundamentais possuem aplicação imediata, nos termos da Constituição Federal, independentemente de regulamentação para produzirem efeitos.

Considerando as disposições da Constituição Federal e dos tratados internacionais de direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os tratados de direitos humanos ratificados após a Emenda Constitucional nº 45/2004 com quórum qualificado (dois quintos, dois turnos, duas casas) equivalem a emendas constitucionais.
- (B) O Supremo Tribunal Federal não admite a utilização do Pacto de São José da Costa Rica para servir de fundamentos a determinadas decisões, como no caso da prisão civil do depositário infiel.
- (C) Os tratados de direitos humanos ratificados pelo rito comum, por maioria absoluta, possuem hierarquia superior à das leis ordinárias e inferior à da Constituição Federal.
- (D) Os juízes brasileiros devem verificar se as leis internas estão em conformidade com os tratados internacionais de direitos humanos, priorizando a norma mais favorável.
- (E) Ainda que haja inércia de autoridades estaduais, não é permitido à Justiça Federal assumir a competência para processar e julgar casos de graves violações de direitos humanos.

29

O acesso à justiça é direito fundamental, preceituado no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal de 1988, que garante a inafastabilidade da jurisdição. Trata-se de garantia sustentada pelos princípios do contraditório e da ampla defesa, assegurando o devido processo legal.

Considerando a legislação em vigor, é correto afirmar que

- (A) é assegurado a todos, desde que haja o pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- (B) a Constituição Federal veda que haja juízo ou tribunal de exceção, salvo em época de guerra ou estado de sítio decretado.
- (C) ninguém será considerado culpado até a publicação da sentença penal condenatória em Diário Oficial, lançado o nome no rol dos culpados.
- (D) a lei não prejudicará o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, sendo possível que direito adquirido seja alterado por regra resultante de Emenda Constitucional, posterior.
- (E) é a todos assegurada a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

30

A ordem jurídica brasileira prevê mecanismos específicos de proteção destinados à promoção da igualdade e à prevenção de discriminações contra grupos vulneráveis.

Considerando a Constituição Federal, a legislação vigente e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) É obrigação do poder público assegurar à pessoa idosa, diversas garantias, entre elas, a prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.
- (B) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, salvo o exercício do direito à curatela e à adoção, como adotante ou adotando.
- (C) Nos processos seletivos para ingresso nos cursos de instituições de ensino superior, deve haver atendimento preferencial à pessoa com deficiência, não sendo possível conceder dilação de tempo.
- (D) A Constituição Federal protege a liberdade de consciência e de crença, não sendo assegurada a assistência religiosa aos praticantes de quaisquer religiões, internados em hospitais públicos, diante da laicidade do Estado.
- (E) O Supremo Tribunal Federal, por não equiparar a homofobia e a transfobia ao crime de racismo, não permite aplicar à homofobia as sanções previstas na Lei nº 7.716/1989.

Conhecimentos Específicos

Serviço Social e Teoria profissional

31

O Projeto Ético-Político do Serviço Social, segundo a perspectiva histórico-crítica, é uma direção social construída no interior das contradições da sociedade capitalista.

Com relação ao tema, analise os itens a seguir.

- I. O Projeto Ético-Político profissional, construído coletivamente, orienta-se por valores universais voltados à promoção do bem comum e à harmonia entre as classes.
- II. O Projeto Ético-Político articula as dimensões ética e política da profissão, tendo como horizonte a integração social dos indivíduos às estruturas vigentes.
- III. O Projeto Ético-Político profissional articula as dimensões ética e política, sendo construído coletivamente pelo corpo profissional como um processo de disputa permanente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

32

Considere a seguinte situação.

Um assistente social fica encarregado de realizar uma Perícia Social em um processo de requerimento de Benefício de Prestação Continuada. O profissional acessa os autos, realiza visita domiciliar e entrevista o requerente e seus familiares, investigando suas condições socioeconômicas. Com base nesse percurso, ele elabora o Estudo Social, emite o Parecer Social e apresenta o resultado por meio do Laudo Social.

Acerca da situação descrita, assinale a opção correta.

- (A) A Perícia Social é uma competência compartilhada entre o assistente social e os demais profissionais da equipe jurídica.
- (B) O Laudo Social é o documento que reúne o Estudo Social e o Parecer Social, subsidiando uma decisão judicial.
- (C) A visita domiciliar tem como função principal confirmar as informações documentais apresentadas pelo requerente.
- (D) O Parecer Social emitido pelo perito orienta e vincula a decisão do magistrado sobre o mérito da ação judicial.
- (E) O Estudo Social orienta sua análise pelos critérios normativos da legislação previdenciária diretamente aplicável ao caso.

33

No ano de 2020, a pandemia da Covid-19 evidenciou como o acesso às tecnologias da informação e comunicação (TIC) havia se tornado condição essencial para o pleno exercício da cidadania, incluindo o usufruto de direitos.

Com relação ao tema, é correto afirmar que a

- (A) existência das tecnologias digitais garantiu a igualdade de participação entre diferentes grupos da população brasileira.
- (B) mediação tecnológica do acesso a direitos exige que sejam consideradas as desigualdades existentes entre os usuários.
- (C) desigualdade no acesso às TICs resulta de diferenças de capacidade e motivação individuais dos usuários.
- (D) expansão dos serviços digitais reduz a necessidade de políticas voltadas ao atendimento da população vulnerável.
- (E) sociedade da informação atenua as contradições do capitalismo contemporâneo mediante democratização.

34

A formulação de projetos de intervenção profissional é um processo central do exercício do assistente social, o qual deve articular as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão.

Com relação ao tema, assinale a opção que exemplifica adequadamente esse processo.

- (A) Levantar as demandas dos usuários e organizar os encaminhamentos conforme os serviços disponíveis na rede socioassistencial territorial.
- (B) Planejar a intervenção a partir dos objetivos institucionais, adequando as ações aos recursos disponíveis e às prioridades estabelecidas pelo serviço.
- (C) Identificar as demandas imediatas dos usuários e elaborar estratégias de atendimento voltadas para soluções individualizadas e pontuais.
- (D) Sistematizar os dados estatísticos dos atendimentos realizados e apresentar relatórios quantitativos para subsidiar decisões administrativas.
- (E) Investigar as demandas articuladas à leitura crítica da realidade e selecionar instrumentos para ações orientadas pelo Projeto Ético-Político.

35

Considere a abordagem caracterizada a seguir.

A intervenção profissional é orientada para o atendimento individual. Os sujeitos em situação de pobreza são entendidos como pessoas que necessitam de apoio para desenvolver sua personalidade. A prática profissional busca promover o bem-estar por meio da ajuda direta e da formação moral. A família é tomada como o núcleo da ação.

Assinale a opção que identifica corretamente a qual período histórico e a qual influência teórico-metodológica corresponde a caracterização.

- (A) Pensamento de esquerda consolidado no Projeto Ético-Político, que orienta a prática profissional a partir do Código de Ética de 1986.
- (B) Perspectiva fenomenológica, predominante no Serviço Social brasileiro durante o Movimento de Reconceituação, na década de 1960.
- (C) Referencial marxista com intenção de ruptura, hegemônico no Serviço Social brasileiro a partir do Congresso da Virada em 1979.
- (D) Perspectiva estrutural-funcionalista norte-americana, incorporada ao Serviço Social brasileiro durante os seminários de Teresópolis em 1970.
- (E) Influência neotomista da doutrina social da Igreja Católica, predominante no Serviço Social brasileiro nas décadas de 1930 e 1940.

36

O trabalho do assistente social realizado em equipe pode assumir diferentes configurações, cobrindo desde a justaposição das especialidades até uma efetiva integração interdisciplinar.

Assinale a opção que exemplifica o trabalho interdisciplinar.

- (A) Uma equipe de saúde planeja coletivamente intervenções com objetivos comuns, integrando saberes de medicina, enfermagem e serviço social.
- (B) O assistente social atende separadamente os casos encaminhados pelos médicos, desenvolvendo suas ações de forma autônoma.
- (C) Profissionais de diferentes áreas reúnem-se para trocar avaliações sobre um usuário, cada um a partir de seu campo de saber.
- (D) A equipe utiliza sistema de referência e contrarreferência para compartilhar informações sobre usuários entre os profissionais.
- (E) Médico e assistente social atendem simultaneamente um paciente, desenvolvendo análises paralelas desatreladas de objetivos pactuados.

37

A expansão das tecnologias da informação e comunicação (TIC) nas empresas reconfigura o trabalho do assistente social.

Com relação a esse tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. A introdução das TIC nas empresas confere ao assistente social maior autonomia decisória, na medida em que elas ampliam o acesso às informações estratégicas.
- II. A exigência de multifuncionalidade nas empresas pode descaracterizar as funções do assistente social devido a um foco exagerado na dimensão instrumental-operativa.
- III. A intensificação do trabalho gerada pelas TIC se expressa no aumento dos atendimentos, na extensão da jornada e na diluição dos limites entre tempo de trabalho e de vida.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

38

Com relação à institucionalização do Serviço Social no Brasil, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O Serviço Social se institucionaliza como profissão no Brasil na década de 1930, articulado ao acirramento da questão social e ao processo de legitimação do Estado capitalista.
- () A profissionalização do Serviço Social resultou da evolução histórica da filantropia e da caridade religiosa, de forma desvinculada das contradições estruturais do capitalismo.
- () As primeiras profissionais do Serviço Social eram mulheres de famílias abastadas, recrutadas por movimentos católicos e orientadas ao atendimento da população pobre.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – V.
- (D) F – F – V.
- (E) V – V – V.

39

O exercício profissional do assistente social em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) articula diferentes ações e dimensões voltadas ao atendimento de um público em situação de vulnerabilidade social.

Assinale a opção que exemplifica a dimensão socioeducativa do Serviço Social.

- (A) A profissional atende uma família de forma individual e a orienta sobre os procedimentos para solicitação de um benefício de transferência de renda.
- (B) A assistente social coordena atividades recreativas com um grupo de idosos para promover a socialização e o fortalecimento de vínculos afetivos.
- (C) A profissional desenvolve oficina com jovens usuários para capacitá-los para o mercado de trabalho, com foco em elaboração de currículos.
- (D) A assistente social organiza grupo reflexivo com usuárias para problematizar condições de vida e fortalecer a mobilização coletiva por direitos.
- (E) A profissional promove reunião com pais e responsáveis para apresentar os serviços do CRAS e divulgar o cronograma atualizado das atividades.

40

O assistente social se insere na divisão do trabalho como trabalhador assalariado. Em seus espaços sócio-ocupacionais, ele enfrenta os impactos do neoliberalismo, que resultam na precarização das relações de trabalho e na(o)

- (A) ampliação das expressões da questão social.
- (B) sistematização das práticas e competências profissionais.
- (C) democratização do acesso às políticas públicas.
- (D) consolidação dos mecanismos de proteção trabalhista.
- (E) fortalecimento dos direitos sociais da população.

Política Social e Políticas Públicas

41

Com relação às políticas públicas voltadas a pessoas idosas no Brasil, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O envelhecimento populacional tende a produzir os mesmos impactos entre os distintos segmentos sociais e regionais do país.
- () A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa orienta-se pela preservação da autonomia e da funcionalidade dos indivíduos idosos.
- () A efetivação dos direitos da pessoa idosa depende da sua inserção em espaços coletivos de convivência e participação social.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

42

A Portaria nº 3.088/2011 instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no âmbito do SUS, a qual se volta ao atendimento de pessoas em situação de sofrimento ou transtorno mental, assim como daquelas com necessidades decorrentes do uso de drogas.

Assinale a opção que **não** se enquadra nas formas de atuação da RAPS.

- (A) Estruturação de práticas de cuidado voltadas à permanência dos usuários em seus contextos sociais próprios.
- (B) Participação de usuários e familiares na construção e acompanhamento do cuidado em saúde mental.
- (C) Desenvolvimento de estratégias de redução de danos e de atenção humanizada aos usuários.
- (D) Estratégia de estabilização do usuário mediante reclusão continuada em instituição específica.
- (E) Centralidade de um projeto terapêutico singular como eixo orientador do acompanhamento psicossocial.

43

Um dos princípios que norteiam a operacionalização da Seguridade Social é a diversidade das bases de financiamento, estruturada por fontes específicas de custeio que se destinam à manutenção do sistema de proteção social. A observância desse princípio, contudo, encontra desafios impostos pela dinâmica fiscal e orçamentária do Estado brasileiro.

Um desafio que se impõe à observância desse princípio é a

- (A) utilização de mecanismos de desvinculação de receitas que reduzem recursos originalmente destinados ao sistema.
- (B) ampliação da participação dos entes federados na execução descentralizada das políticas públicas de proteção social.
- (C) consolidação de sistemas específicos de gestão administrativa voltados à operacionalização das políticas setoriais.
- (D) incorporação de benefícios não contributivos destinados ao enfrentamento das situações de vulnerabilidade social.
- (E) regulamentação infraconstitucional das políticas sociais associada à definição de competências administrativas.

44

Considere a seguinte situação.

Um município criou um programa voltado para adolescentes de bairros com baixo acesso a equipamentos culturais e oportunidades formativas. A iniciativa oferece oficinas culturais, orientação para projetos de vida e participação em coletivos juvenis, buscando ampliar seus repertórios e sua inserção social.

A ação descrita na situação acima se enquadra como ação

- (A) de proteção, pois assegura acompanhamento institucional a sujeitos expostos a situações de vulnerabilidade.
- (B) redistributiva, pois amplia o acesso a recursos sociais destinados ao enfrentamento da exclusão econômica.
- (C) de prevenção, pois desenvolve estratégias voltadas à redução de vulnerabilidades e riscos sociais.
- (D) emergencial, pois prioriza respostas imediatas diante de situações de risco e desproteção social.
- (E) de promoção, pois favorece autonomia, participação social e construção de projetos de vida coletivos.

45

A criação de políticas sociais é uma iniciativa estatal desenvolvida no contexto das economias capitalistas, visando ao enfrentamento das expressões da questão social. A fundamentação teórica desses mecanismos varia conforme a interpretação acerca da origem desses fenômenos.

De acordo com a perspectiva marxista, é correto afirmar que as políticas sociais

- (A) devem priorizar ações focalizadas, de modo a evitar distorções provocadas pela expansão excessiva do Estado.
- (B) constituem mecanismos de intervenção estatal destinados à sustentação do consumo e à estabilização da economia.
- (C) comportam contradições, atendendo às demandas coletivas enquanto reproduzem as desigualdades sociais.
- (D) tendem a produzir dependência e comprometimento dos mecanismos espontâneos de regulação social e econômica.
- (E) derivam da necessidade de harmonização social, cabendo ao Estado promover ações voltadas à coesão comunitária.

46

Com relação à Política Nacional para a População em Situação de Rua, analise os itens a seguir.

- I. Estruturar programas permanentes de moradia como eixo central e obrigatório do atendimento à população em situação de rua.
- II. Proporcionar o acesso da população em situação de rua aos benefícios previdenciários previstos em lei.
- III. Vincular o acesso a programas de proteção social à comprovação de abandono do uso de substâncias psicoativas.

Faz parte da Política Nacional para a População em Situação de Rua o que se indica em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

47

Considere a seguinte situação.

Uma mulher procura uma unidade de saúde relatando agressões recorrentes praticadas por seu companheiro. Ela apresenta lesões físicas leves, tem medo de voltar para casa e não sabe a que serviços pode recorrer.

Segundo a concepção de cuidado integral, a conduta adequada nesse caso é

- (A) realizar os procedimentos clínicos imediatos e orientar a usuária a buscar apoio familiar para a resolução do conflito.
- (B) oferecer acolhimento que considere necessidades clínicas e sociais, articulando as possibilidades de proteção na rede.
- (C) encaminhar a usuária ao serviço policial competente após o atendimento clínico necessário à sua estabilização física.
- (D) priorizar o tratamento das lesões apresentadas, preservando a neutralidade institucional sobre os conflitos familiares.
- (E) organizar a assistência a partir de protocolos padronizados de atendimento e definição de fluxos institucionais.

48

Um dos riscos das políticas de assistência social é o de recaírem numa atitude moralizante, atribuindo aos usuários a responsabilidade por sua condição de pobreza. Isto se opõe à compreensão da assistência social como um direito que leva em conta a existência de desigualdades estruturais.

Assinale a opção que exemplifica uma abordagem moralizante em assistência social.

- (A) Reconhecer que o fortalecimento dos vínculos familiares pode contribuir para a ampliação da proteção social.
- (B) Relacionar as demandas socioassistenciais às desigualdades produzidas pelas condições de trabalho e de acesso à renda.
- (C) Compreender que situações de vulnerabilidade exigem acompanhamento e fortalecimento da autonomia.
- (D) Explicar as dificuldades enfrentadas pelas famílias pela limitada capacidade de adaptação às exigências sociais.
- (E) Entender que o trabalho socioassistencial requer enfrentamento da fragilização dos vínculos coletivos.

49

A Lei da Escuta Protegida (nº 13.431/2017) prevê mecanismos voltados à preservação de crianças e adolescentes que foram vítimas ou testemunhas de situações de violência.

Com relação ao dispositivo do depoimento especial, analise os itens a seguir.

- I. Poderá ser transmitido em tempo real à audiência, preservado o sigilo do procedimento judicial.
- II. Deverá preservar a livre narrativa e ocorrer, preferencialmente, em procedimento realizado uma única vez.
- III. Poderá ocorrer perante autoridade policial ou judiciária em situações de violência contra menores.

Está correto o que se indica em

- (A) II e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

50

No histórico do desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, a Constituição de 1988 é um marco jurídico-político fundamental na ampliação dos direitos sociais e na reorganização federativa.

Assinale a opção que identifica corretamente uma conquista social da Constituição.

- (A) A consolidação da legislação trabalhista urbana associada à integração regulada dos trabalhadores ao Estado.
- (B) A organização da seguridade social como sistema de proteção articulado às políticas de saúde, previdência e assistência.
- (C) A centralização administrativa das políticas sociais mediante fortalecimento decisório concentrado na esfera federal.
- (D) A modernização gerencial das políticas públicas associada à flexibilização das responsabilidades estatais.
- (E) A reorganização da proteção estatal vinculada à contribuição individual como fundamento do acesso social.

Direito de Família, Criança, Adolescente e Idoso

51

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reformulou a abordagem jurídica relativa à capacidade civil, estabelecendo a tomada de decisão apoiada como alternativa preferencial à curatela.

Assinale a opção que apresenta uma situação compatível com a tomada de decisão apoiada.

- (A) Pessoa que não consegue exprimir sua vontade por causa transitória é representada por um curador nomeado.
- (B) Familiar assume a gestão patrimonial de pessoa com deficiência e toma decisões em seu nome.
- (C) Juiz decreta a interdição total de um adulto com deficiência permanente para todos os atos civis.
- (D) Adulto com deficiência intelectual tem curador nomeado para representá-lo em todos os atos da vida civil.
- (E) Pessoa com deficiência indica apoiadores para auxiliá-la na compreensão de informações e no exercício da autonomia.

52

O art. 34 do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) assegura o benefício mensal de um salário-mínimo a pessoas idosas que cumpram certas condições.

Assinale a opção que descreve uma situação compatível com o Estatuto.

- (A) Pessoa de 66 anos sem renda, cuja família não tem meios de sustentá-la, recebe o benefício.
- (B) Benefício é negado a pessoa de exatos 65 anos, por não ter superado a idade mínima prevista.
- (C) Pessoa de 68 anos sem renda recebe o benefício, ainda que sustentada financeiramente pela família.
- (D) Benefício é negado a pessoa de 70 anos sem renda, porque familiar residente já o recebe.
- (E) Pessoa de 67 anos com aposentadoria de meio salário-mínimo recebe o benefício, para complementar renda.

53

O reconhecimento das novas configurações familiares no Brasil tem sido predominantemente construído por via judicial, dada a omissão do Poder Legislativo. Embora representem avanços na garantia de direitos fundamentais, essas conquistas convivem com tensões sociais e institucionais persistentes.

Com relação ao tema, assinale a opção correta.

- (A) Os direitos obtidos por via judicial são mais instáveis do que aqueles garantidos por regulamentação legislativa.
- (B) A definição legal de família foi historicamente orientada pelos laços afetivos, independentemente de sua composição.
- (C) O reconhecimento judicial das novas configurações familiares enfraquece os princípios de igualdade e dignidade.
- (D) A diversidade de arranjos familiares reconhecidos implica ausência de proteção adequada aos filhos.
- (E) O reconhecimento legal das novas configurações familiares é condição suficiente para eliminar a discriminação social.

54

Considere a seguinte situação.

Duas pessoas são casadas há três anos, não têm filhos e decidem consensualmente encerrar a vida em comum. Um dos cônjuges deseja a separação, enquanto o outro pretende o divórcio imediato. Embora concordem com a dissolução, permanecem divergindo no que diz respeito à modalidade, devido aos seus efeitos futuros.

Acerca dos efeitos jurídicos da separação e do divórcio no direito brasileiro, assinale a opção correta.

- (A) O divórcio extingue a sociedade conjugal, mas preserva o vínculo matrimonial para efeitos patrimoniais futuros.
- (B) Separação e divórcio produzem os mesmos efeitos sobre a sociedade conjugal e o vínculo matrimonial.
- (C) O divórcio constitui direito potestativo e prescinde de formalidades específicas para sua eficácia.
- (D) A separação de direito dissolve a sociedade conjugal, mantendo o vínculo matrimonial e permitindo reconciliação.
- (E) O divórcio pela via extrajudicial dispensa a assistência de advogado ou defensor para sua formalização.

55

O dispositivo da guarda compartilhada, regulamentado pelas Leis nº 11.698/2008 e nº 13.058/2014, introduziu modificações relevantes no exercício do poder familiar após a ruptura conjugal. Com relação às características da guarda compartilhada, assinale a opção correta.

- (A) A guarda compartilhada pressupõe a alternância periódica das residências dos filhos, garantindo equilíbrio no tempo de convivência com cada genitor.
- (B) A responsabilização conjunta torna dispensável a fixação de alimentos, pois os encargos financeiros passam a ser distribuídos de forma equivalente entre os genitores.
- (C) A corresponsabilização dos genitores abrange decisões sobre saúde, educação e lazer dos filhos, ainda que a residência principal seja fixada com um deles.
- (D) A aplicação judicial da guarda compartilhada depende de harmonização prévia entre os genitores, sendo sua adoção inviável em contextos de disputa litigiosa.
- (E) A definição de domicílio-base é medida facultativa, podendo os genitores convencionar a ausência de residência de referência conforme sua conveniência.

56

Com relação à mediação familiar como instrumento de resolução de conflitos, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A mediação é indicada para conflitos antigos e crônicos, em relações cujas partes têm interesse em manter o vínculo ao longo do tempo.
- () Trata-se de processo confidencial no qual o mediador conduz os participantes à construção de um acordo mutuamente aceito.
- () O mediador deve posicionar-se em favor da parte em maior situação de vulnerabilidade, para garantir equilíbrio na negociação.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

57

Considere a seguinte situação:

Uma criança foi registrada pelos pais como filha biológica, mesmo que eles soubessem que não o era. Na adolescência, ela manifestou o desejo de conhecer sua família de nascimento. Os pais, embora reconhecessem esse direito em termos gerais, demonstraram receio quanto às consequências dessa busca para o futuro da relação familiar. A jovem encontrou dificuldades para acessar informações sobre sua origem, pois não havia um processo formal de adoção registrado.

Acerca do direito ao conhecimento das origens no contexto da adoção, assinale a opção correta.

- (A) O conhecimento das origens biológicas relaciona-se à construção da identidade pessoal do adotado.
- (B) A preservação dos vínculos familiares autoriza restringir o acesso às informações sobre a origem biológica.
- (C) O reconhecimento do direito pelos pais atenua os receios relacionais decorrentes da busca pelas origens.
- (D) A ausência de registro formal de adoção impede legalmente o adotado de buscar as suas origens.
- (E) O interesse do adotado pelas origens biológicas indica fragilidade do vínculo com a família adotiva.

58

O Art. 37 da Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 99.710/1990, estabelece garantias específicas relativas ao tratamento de crianças privadas de liberdade.

Com relação ao disposto nesse artigo, analise os itens a seguir.

- I. No Brasil, é vedada a imposição de prisão perpétua por delitos cometidos por menores de dezoito anos.
- II. A detenção de uma criança deverá ser efetuada como último recurso e pelo mais breve período que for apropriado.
- III. Toda criança privada de liberdade ficará separada dos adultos responsáveis, medida aplicável em qualquer hipótese.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

59

O abuso sexual intrafamiliar demanda um tipo de análise que considere tanto as experiências individuais dos sujeitos quanto os condicionantes sociais que incidem sobre as relações familiares.

Com relação ao abuso intrafamiliar, assinale a opção correta.

- (A) A resposta da criança ao abuso é determinada principalmente pela gravidade dos atos praticados pelo agressor.
- (B) O perfil identitário do abusador intrafamiliar corresponde ao imaginário social de pessoa estranha e desconhecida.
- (C) A análise interseccional do abuso intrafamiliar deve priorizar os marcadores de classe anteriormente aos demais.
- (D) O enfrentamento do abuso sexual intrafamiliar se realiza principalmente pelo endurecimento das leis penais vigentes.
- (E) A naturalização do abuso na sociabilidade familiar e sua transmissão intergeracional dificultam o seu enfrentamento.

60

Considere a seguinte situação:

Uma assistente social de uma Central de Apoio Multidisciplinar do Poder Judiciário recebe um processo que envolve a acusação de alienação parental. Nos atendimentos realizados, a criança demonstra resistência ao contato com o genitor não guardião. A genitora guardiã passa por situação recente de desemprego, com dificuldades financeiras e acesso precário a serviços de saúde mental. A profissional é instada a emitir parecer técnico sobre a ocorrência de alienação parental.

Nesse contexto, a conduta mais adequada à luz do projeto ético-político do Serviço Social é

- (A) diagnosticar a síndrome da alienação parental, utilizando o rol legal como critério suficiente para a conclusão técnica.
- (B) recusar-se a emitir parecer, por entender que a confirmação da alienação compete à perícia biopsicossocial.
- (C) elaborar parecer a partir das informações identificadas, sem atestar a alienação como fato consumado.
- (D) limitar o estudo aos comportamentos observados, evitando análises contextuais que extrapolem o objeto do processo.
- (E) encaminhar o caso à rede de políticas públicas, entendendo as vulnerabilidades como precedentes à demanda judicial.

Diversidade, Igualdade e Interseccionalidade

61

Embora o Serviço Social seja uma profissão exercida e frequentada majoritariamente por mulheres, sua trajetória histórica revela um persistente descompasso para com os estudos feministas.

Esse desencontro se explica pelo fato de que a profissão

- (A) priorizou a categoria classe, desconsiderando gênero, raça e etnia como eixos autônomos de análise.
- (B) identificou na divisão sexual do trabalho o principal mecanismo de reprodução das desigualdades sociais.
- (C) fortaleceu sua regulamentação profissional, consolidando códigos de ética e diretrizes curriculares nacionais.
- (D) passou por processos de renovação teórico-metodológica, buscando maior compromisso com direitos sociais.
- (E) ampliou sua inserção em políticas públicas, acompanhando a expansão institucional da assistência social.

62

A persistência das desigualdades raciais em sociedades que condenam formal e oficialmente o racismo, além de garantirem a igualdade perante a lei, revela que

- (A) os indivíduos racistas ainda não foram responsabilizados, o que exige o aperfeiçoamento dos mecanismos jurídicos.
- (B) o preconceito racial é um fenômeno psicológico que se perpetua pela socialização e exige transformação cultural.
- (C) o racismo é uma manifestação da desigualdade social que tende a ser superado com a transformação econômica.
- (D) o racismo integra a estrutura política e econômica da sociedade e se reproduz independentemente de intenção.
- (E) as instituições constituem o principal vetor do racismo, cujo enfrentamento depende de reformas fundamentais.

63

Os serviços socioassistenciais previstos na Tipificação Nacional devem responder às situações de vulnerabilidade de modo a contemplar a diversidade dos sujeitos e o enfrentamento das desigualdades estruturais.

Nesse sentido, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais estabelece que

- (A) o PAEFI deve priorizar violência física e sexual, encaminhando demais violações ao CRAS para acompanhamento familiar continuado.
- (B) o PAIF restringe seu atendimento às famílias inseridas em programas de transferência de renda ou benefícios assistenciais.
- (C) o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deve ser organizado em grupos homogêneos, segmentados por ciclo de vida e perfil socioeconômico.
- (D) o PAIF deve concentrar suas ações em famílias com maior risco de ruptura de vínculos, priorizando aquelas em situação de extrema pobreza.
- (E) o PAEFI inclui discriminação por orientação sexual e raça ou etnia entre as situações geradoras de violação de direitos atendidas.

64

A atuação profissional do assistente social em âmbito judicial envolve lidar com instituições marcadas pela impositividade do Estado e pelo risco da tendência à criminalização dos sujeitos.

Aplicar os princípios de equidade, inclusão e não discriminação nesse contexto exige que o assistente social

- (A) avalie o comportamento individual dos sujeitos em processos judiciais, identificando desvios de conduta que justifiquem intervenções disciplinares.
- (B) produza laudos e pareceres com base em critérios objetivos, preservando a neutralidade técnica diante das particularidades dos sujeitos.
- (C) contextualize as situações processuais a partir das expressões da questão social, reconhecendo os sujeitos como portadores de direitos.
- (D) concentre sua intervenção no ajustamento dos sujeitos às normas institucionais, contribuindo para a manutenção da ordem e da harmonia social.
- (E) limite sua atuação às requisições do magistrado, sem extrapolar os limites processuais para análises mais amplas do contexto social.

65

A constatação empírica de que as mulheres negras e pobres apresentam um grau de vulnerabilidade distinto daquele que aflige as mulheres brancas e de classe média, mesmo em situações equivalentes de violência doméstica, exige uma análise que

- (A) parta do sistema patriarcal como forma universal de dominação cujos efeitos independem da posição social.
- (B) considere o cruzamento entre raça, classe e gênero como categorias que produzem opressões singulares.
- (C) parta da divisão sexual do trabalho, a qual expõe as mulheres de forma equivalente às relações domésticas de poder.
- (D) identifique as lacunas nas políticas públicas de proteção social que afetam uniformemente as mulheres.
- (E) atribua a maior vulnerabilidade das mulheres negras a características culturais de suas comunidades de origem.

66

Leia a descrição a seguir.

Maria é uma mulher que tem 35 anos e uma deficiência física com seqüela neurológica, além de renda nula e vínculos familiares fragilizados. Ao buscar atendimento no CRAS, ela foi informada de que a assistência social para pessoas com deficiência se limita ao encaminhamento para o Benefício de Prestação Continuada.

Essa orientação contraria o Estatuto da Pessoa com Deficiência porque a assistência social à pessoa com deficiência

- (A) exige avaliação biopsicossocial como condição para acesso aos serviços socioassistenciais do SUAS.
- (B) deve articular serviços da Proteção Social Básica e Especial para garantir seguranças fundamentais além da renda.
- (C) deve garantir cuidador social a toda pessoa com deficiência que solicitar atendimento no CRAS.
- (D) deve ofertar serviços de habilitação e reabilitação no próprio CRAS, independentemente de encaminhamento.
- (E) garante à pessoa com deficiência com vínculos fragilizados encaminhamento automático para residência inclusiva.

67

O feminismo tem sua história periodizada em ondas, cada uma delas marcada por características e ênfases específicas conforme seus contextos. No Brasil, a quarta onda tem como marco as mobilizações sociais de 2013.

Esta onda se distingue das anteriores por

- (A) institucionalizar as demandas feministas no Estado, ampliando a participação na formulação de políticas públicas.
- (B) profissionalizar suas organizações mediante ONGs afinadas com agendas internacionais de direitos das mulheres.
- (C) articular suas demandas com movimentos sociais, com ênfase na mobilização partidária para a conquista de direitos.
- (D) ampliar a agenda para incluir sexualidade e direitos reprodutivos como eixos centrais de luta feminista.
- (E) pleitear múltiplas pautas de forma articulada e se mobilizar na forma de coletivos horizontais e autônomos.

68

A criminologia crítica questiona a eficácia das penas privativas de liberdade ao apontar a chamada “falácia da ressocialização”.

Segundo essa perspectiva, o sistema prisional

- (A) opera como mecanismo seletivo de controle social que pune preferencialmente os mais pobres.
- (B) cumpre sua função quando articulado à assistência religiosa e à laborterapia intramuros.
- (C) deve orientar a progressão de regime pela avaliação do comportamento disciplinar do apenado.
- (D) torna-se mais eficiente com a privatização das unidades e a profissionalização da gestão.
- (E) alcança seus objetivos quando combinado a programas de trabalho e educação adequados.

Sistema judiciário e atuação sociojurídica

69

Com relação aos meios alternativos de solução de conflitos, assinale a opção que apresenta uma situação compatível com o uso da arbitragem.

- (A) Dois amigos em desavença sobre responsabilidades compartilhadas pedem a um terceiro que os ajude a encontrar uma saída juntos.
- (B) Uma família contrata especialista para que este decida com quem os filhos menores irão morar após a separação dos pais.
- (C) Duas pessoas que se conheceram após um acidente de carro buscam auxílio de terceiro para negociar a reparação dos danos.
- (D) Um trabalhador prejudicado por decisão de seu empregador contrata profissional independente para que este julgue o caso em seu lugar.
- (E) Dois sócios em disputa sobre a divisão dos ativos da empresa contratam especialista para analisar o caso e emitir decisão final.

70

Considere a situação a seguir.

Em uma família, irmãos adultos divergem sobre os cuidados da mãe idosa com mobilidade reduzida e buscam uma solução. Os envolvidos convivem cotidianamente, desejam preservar os vínculos e garantir o bem-estar da idosa, mas não conseguem chegar a um consenso. Um terceiro imparcial é acionado para facilitar o diálogo, mas sem poder propor soluções e apenas buscando fazer com que os próprios familiares cheguem a um acordo.

O procedimento descrito configura

- (A) conciliação, pois as partes mantêm vínculo anterior e o terceiro tem prerrogativa de sugerir soluções para o litígio.
- (B) mediação, pois há relação anterior entre as partes e o terceiro atua como facilitador do diálogo.
- (C) arbitragem, pois o terceiro eleito pelas partes tem a função de facilitar a composição do conflito familiar.
- (D) mediação, pois o conflito envolve rompimento de vínculo e o terceiro busca sugerir caminhos para a solução.
- (E) conciliação, pois a situação envolve conflito interpessoal e ambas as partes demonstram disposição para o diálogo.

71

A Emenda Constitucional nº 45/2004 promoveu a reforma do Poder Judiciário brasileiro e introduziu importantes inovações institucionais, entre as quais se destaca a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Com relação à criação do CNJ, assinale a opção correta.

- (A) O CNJ foi concebido primordialmente como órgão disciplinar dos magistrados, cabendo a função de coordenação em caráter subsidiário.
- (B) A criação do CNJ inaugurou a autonomia administrativa e financeira do Judiciário, até então inexistente no sistema constitucional.
- (C) O CNJ deve atuar de forma permanente sobre os órgãos jurisdicionais, cabendo a estes a implementação das políticas centralmente definidas.
- (D) A criação do CNJ visou garantir maior autonomia e independência à magistratura frente à interferência dos demais Poderes.
- (E) O CNJ foi criado para promover a integração e coordenação dos órgãos jurisdicionais, respondendo a déficits de gestão no Judiciário brasileiro.

72

A articulação entre órgãos públicos e instituições privadas no âmbito das políticas sociais demanda análise crítica dos fluxos, protocolos e critérios de acesso que organizam a rede de atendimento.

Considerando essa perspectiva, assinale a opção correta.

- (A) A integração entre instituições favorece respostas mais homogêneas às demandas sociais, reduzindo tensões entre objetivos institucionais e necessidades dos usuários.
- (B) A articulação entre instituições pode ampliar o acesso aos serviços, embora permaneçam limites impostos pelos critérios institucionais de atendimento.
- (C) A atuação em rede exige do assistente social articulação entre serviços e análise crítica das condições concretas de acesso dos usuários aos direitos sociais.
- (D) A consolidação de protocolos compartilhados entre instituições tende a reduzir a necessidade de mediações técnico-operativas no atendimento aos usuários.
- (E) A expansão das parcerias entre Estado e entidades privadas favorece maior autonomia profissional na definição das respostas institucionais.

73

Uma assistente social que atua em uma unidade vinculada ao Poder Judiciário passou a conduzir sessões de mediação familiar orientadas pela busca de consensos entre as partes. Em uma reunião da equipe técnica, discutiu-se se a adoção de uma postura estritamente neutra e imparcial seria compatível com os fundamentos críticos do exercício profissional.

Considerando o projeto ético-político da profissão, assinale a afirmativa correta.

- (A) A atuação profissional na mediação familiar deve enfatizar a recomposição dos vínculos familiares, como estratégia primária de enfrentamento dos conflitos.
- (B) A condução técnica de conflitos familiares exige neutralidade institucional, para impedir que valores profissionais interfiram na autonomia decisória das partes.
- (C) A mediação familiar pressupõe que conflitos sociais sejam tratados prioritariamente no âmbito privado das relações interpessoais.
- (D) A utilização de práticas consensuais no sistema de justiça pode ocorrer sem afastar a análise crítica das desigualdades presentes nas relações sociais.
- (E) A adoção de práticas consensuais tende a reduzir a necessidade de articulação entre o Poder Judiciário e as políticas públicas de proteção social.

74

Uma assistente social atuante no Poder Judiciário recebeu do magistrado a determinação de avaliar uma disputa de guarda entre genitores. Após realizar visitas domiciliares, entrevistas e análise documental, ela sistematizou por escrito os procedimentos adotados, o histórico do caso e os elementos verificados ao longo da avaliação, compondo um documento destinado a subsidiar a decisão judicial.

O documento elaborado pela assistente social configura

- (A) estudo social, pois descreve processo de investigação das condições sociofamiliares dos envolvidos no caso.
- (B) relatório social, pois materializa por escrito as informações coletadas ao longo da investigação profissional.
- (C) laudo social, pois materializa a avaliação realizada por determinação judicial e subsidia a decisão do magistrado.
- (D) perícia social, pois envolve avaliação e vistoria solicitada por autoridade judiciária em situação litigiosa.
- (E) parecer social, pois representa posição técnica do assistente social sobre a situação analisada, com caráter indicativo.

75

Durante a reorganização da rede socioassistencial de um município, a secretaria responsável propôs um novo modelo de integração entre serviços públicos e instituições privadas conveniadas ao Sistema Único de Assistência Social.

Nesse contexto, assinale a proposta de integração compatível com a lógica de funcionamento da rede socioassistencial.

- (A) Vinculação das entidades privadas aos princípios e referências públicas estabelecidos no âmbito da seguridade social.
- (B) Transferência progressiva dos serviços às entidades privadas, com redução da responsabilidade estatal na política.
- (C) Manutenção da autonomia plena das entidades privadas, com definição própria dos critérios de acesso.
- (D) Organização da rede por encaminhamentos informais, conforme a disponibilidade de cada instituição no território.
- (E) Formalização de parcerias financeiras, sem necessidade de integração técnica entre os serviços públicos e privados.

76

Com relação à estrutura e ao funcionamento do Poder Judiciário estadual, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Os Estados organizam sua Justiça com autonomia administrativa, desde que observados os princípios estabelecidos pela Constituição Federal.
- () Os Tribunais de Justiça podem exercer controle concentrado de constitucionalidade de leis municipais em face da Constituição Estadual.
- () É constitucional a disposição que atribui ao Governador do Estado a iniciativa para apresentação de projeto de lei de organização judiciária estadual.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – F – V.
- (E) V – F – F.

77

Entre os instrumentos técnico-operativos do assistente social, encontra-se um de natureza processual e investigativa. Ele não constitui documento escrito, não se restringe ao campo sociojurídico e precede qualquer posição técnica conclusiva sobre a situação investigada.

Esse instrumento está sendo utilizado quando o profissional

- (A) sistematiza as informações do acompanhamento familiar em registro escrito para compor prontuário.
- (B) realiza reunião de equipe para discutir estratégias de atendimento às famílias acompanhadas pelo serviço.
- (C) conduz encontro grupal com famílias usuárias do CRAS, para discutir direitos sociais e fortalecer vínculos.
- (D) recebe encaminhamento de família e inicia uma série de visitas antes de propor qualquer ação.
- (E) emite posição técnica sobre criança em situação de risco, indicando encaminhamentos necessários.

78

Com relação à justiça restaurativa como forma alternativa de resolução de conflitos, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Busca envolver vítima, ofensor e comunidade na construção de respostas ao conflito, valorizando o diálogo, a responsabilização e a reparação dos danos.
- () Restringe-se à mediação entre vítima e ofensor, limitando a intromissão de redes institucionais, familiares ou comunitárias no processo de resolução do conflito.
- () Orienta-se pelo princípio de resolução do conflito por meio de acordos céleres, buscando reduzir a judicialização e favorecer soluções consensuais entre os envolvidos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) F – V – F.
- (C) F – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) F – V – V.

79

Um assistente social precisa elaborar um estudo social no contexto de uma ação de guarda, a qual envolve possível situação de vulnerabilidade familiar. Antes de realizar a visita domiciliar, a profissional identifica os objetivos da demanda e avalia quais informações ainda precisam ser aprofundadas. Em seguida, agenda a visita com a família em questão, esclarecendo sua finalidade profissional.

A conduta descrita é adequada porque a visita domiciliar

- (A) permite fiscalizar condições de moradia e confirmar informações apresentadas pelas partes no processo.
- (B) deve ocorrer em toda ação judicial envolvendo família, criança, adolescente ou pessoa idosa.
- (C) assegura neutralidade técnica ao permitir a observação da família sem depender de relatos.
- (D) deve ser usada conforme objetivos do estudo, preservando a privacidade dos sujeitos envolvidos.
- (E) substitui entrevistas e contatos institucionais quando há acesso direto ao espaço familiar.

80

No desenvolvimento do trabalho social com famílias no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), a acolhida representa um momento estratégico para a construção de vínculos entre a equipe técnica e os usuários.

Com relação à acolhida, assinale a opção correta.

- (A) Consiste em ação técnica voltada à escuta das demandas familiares e à definição das possibilidades de intervenção socioassistencial.
- (B) Corresponde ao procedimento de inclusão formal das famílias no acompanhamento continuado realizado obrigatoriamente pelo PAIF.
- (C) Realiza-se por meio da coleta padronizada de informações objetivas, priorizando critérios socioeconômicos para inserção nos serviços.
- (D) Consiste em ação restrita ao primeiro atendimento individualizado realizado pela equipe técnica de referência do CRAS.
- (E) Substitui o estudo social nos casos em que a situação familiar indicar necessidade imediata de encaminhamento à rede socioassistencial.

Realização

